



## A Constituição do trabalho metropolitano: junho-outubro de 2013

*The constitution of metropolitan labour: June-October 2013*

Giuseppe Cocco\*

### RESUMO

As jornadas de junho de 2013 são apreendidas como um levante metropolitano da multidão do trabalho imaterial. Um novo tipo de trabalho, que acontece nos serviços e nas metrópoles, enfrenta a mobilidade e, pois, a questão dos transportes como uma variável fundamental de suas condições de vida e de trabalho. O preço e a qualidade dos transportes públicos foram assim o terreno de constituição metropolitana de um novo tipo de luta: ela tem como origem a própria crise da representação e ao mesmo tempo a aprofunda. O capitalismo contemporâneo explora a vida como um todo, a produção de formas de vida a partir de formas de vida, entre as redes e as ruas. De repente, o trabalho também passa a se organizar entre as redes e as ruas, afirmando suas próprias formas de vida. Esse trabalho diz respeito à produção de subjetividade: formas de vida. O que assistimos em junho de 2013 e em seus desdobramentos, é a ascensão selvagem de um "classe sem nome".

**Palavras-chave:** Jornadas de junho; Multidão; Trabalho imaterial.

### ABSTRACT

The June Journeys of 2013 are apprehended as a metropolitan insurrection of the multitude in immaterial labour. A new type of labour, which occurs in services and in the metropolis, faces mobility and, therefore, the issue of transportation as a fundamental variable of its life and work. The price and the quality of public transportation thus became the terrain of metropolitan constitution of a new type of conflict: its origin is in the representation crisis itself and at the same time deepens it. Contemporary capitalism explores life as a whole, the production of life forms based on life forms, among networks and streets. Suddenly, labour also begins to organize itself in networks and streets, affirming its own life forms. This article addresses the production of subjectivities: life forms. What we saw in June 2013 and its aftermath is the wild ascension of a "nameless class".

**Keywords:** June Journeys; Multitude; Immaterial labour.

### A PERSISTÊNCIA DO ACONTECIMENTO

O que caracteriza as manifestações de junho de 2013 é que elas não representam exatamente qualquer coisa ao passo que, por um tempo mais ou menos longo, elas expressaram e constituíram tudo. Exatamente como o dizia o Abbé Seyes quando se

---

\* Doutor em História Social. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRJ. Endereço: Rua Lauro Muller, 450 – 4º andar – Botafogo – 22290-160 – Rio de Janeiro – RJ. Telefone: (21) 2275-0321. E-mail: beppo1977@gmail.com.

perguntava o que era o “terceiro Estado” e dizia: ele é tudo, não representa nada, quer e deve se tornar algo (SEYÈS, 1985). O primeiro elemento é esse. Elas tiveram e continuam tendo uma dinâmica intempestiva, fogem a qualquer modelo de organização política (não apenas os velhos partidos ou o sindicatos, mas também o terceiro setor, as ONGs) e afirmam uma democracia radical articulada entre as redes e as ruas: auto-convocação e debates nas redes sociais, participação massiva às manifestações de rua, capacidade e determinação de enfrentar a repressão e até capacidade de construção e autogestão de espaços urbanos como foram a Praça Tahrir, as acampadas espanholas, as tentativas do *Occupy Wall Street* e, enfim, a Praça Taksim em Istambul, na Turquia. Para cada uma dessas ondas e dessas que chamamos de “primaveras” (COCCO; ALBAGLI, 2013) houve um estopim específico, mas todas dispõem de uma mesma base social (por diferenciadas que sejam as trajetórias socioeconômicas dos diferentes países) e dos mesmos processos de subjetivação. No caso do Brasil, todo mundo sabe que o estopim foi os protestos contra o aumento do preço das passagens nos transportes públicos. Como foi o caso de outras marchas, a manifestação em São Paulo foi violentamente reprimida pela Polícia Militar. Só que dessa vez a faísca não se apagou numa “marcha da liberdade” e incendiou São Paulo e todo o País. Mas saber que o estopim foi esse não nos permite avançar na análise.

Por que em junho? Qual foi o Kayrós? É difícil responder e talvez a característica própria desse tipo de movimento é que ninguém sabe propor razões “objetivas” indiscutíveis. Contudo, podemos avançar algumas antecipações e três explicações: no nível das antecipações podemos citar o manifesto *Tatu or not Tatu*, lançado pela Rede Universidade Nômade no dia 15 de junho de 2012, exatamente um ano antes. Nele era possível ler: “[...] Na época da mobilização de toda a vida dentro da acumulação capitalista, o capitalismo se apresenta como crise e a crise como expropriação do comum, destruição do comum da terra. [...]. Não há nenhum determinismo, nenhuma crise terminal. O capital não tem limites, a não ser aqueles que as lutas sabem e podem construir” (UNINOMADE, 2012). Uma segunda antecipação foi o manifesto lançado por uma pequena rede de coletivos (*Redes e Ruas*) para pensar um “levante” do Rio de Janeiro contra o consenso totalitário que dominava a cidade, em particular depois da reeleição de seu Prefeito.

Quanto às “explicações”, a primeira tem a forma do “estopim” e é a quase coincidência do episódio da repressão da marcha pelo passe livre em São Paulo com a renovação das primaveras árabes e do 15M espanhol nas lutas duríssimas da multidão turca na Praça Taksim, em Istambul (não por caso, na segunda manifestação carioca, que já reunia 10 mil pessoas, um dos gritos era: “*acabou a mordomia, o Rio vai virar uma Turquia*”); uma segunda explicação está no fato que esse ciclo de “revoluções 2.0” começa a ter uma duração consistente (de mais de três anos) e entrou no imaginário, na linguagem de gerações de jovens que não formam mais suas opiniões na imprensa, mas diretamente nas redes sociais e, nesse mesmo sentido, se formaram nas pequenas experiências dos OcupaRio, OcupaSão Paulo, OcupaSalvador (em 2011); a terceira explicação é mais consistente e a mais importante e diz respeito ao que são essas “novas gerações” no Brasil de hoje, ou seja, essas gerações de jovens que só conheceram o Brasil de Lula. O que é incrível e até irônico é que o próprio PT não tenha previsto isso e ainda hoje seja incapaz de enxergar esse dado importantíssimo. Silvio Pedrosa escreveu um dia que a filha ilegítima do Lula não é Lurian, mas a multidão. Os dirigentes do PT e os intelectuais residuais do partido parecem estar dentro da Soyuz de seu pensamento, orbitando sobre um país (um regime discursivo e seu consenso social) que não existe mais (estamos fazendo referência ao território soviético que continuava existindo no satélite artificial

tripulado ao passo que a URSS tinha desaparecido depois da tentativa do golpe contra Gorbatchev, em 1991).

O movimento de junho tem muita proximidade com o ciclo global de lutas que começou com as primaveras árabes. Num primeiro nível, há em comum com o ciclo global a articulação entre as redes e as ruas como processo de autoconvocação das marchas e manifestações que ninguém consegue representar, sequer as organizações que se encontraram no cerne da primeira chamada: a tentativa de “empoderar” os rapazes do Movimento pelo Passe Livre em São Paulo (“oficializados” pela presença no programa de televisão Roda Viva e a negociação com Prefeitura e Estado) mostrou que eles não controlam nem dirigem um movimento que se auto-reproduz de maneira rizomática (as manifestações aconteciam ao mesmo tempo sem respeitar qualquer tipo de “trégua”). Num segundo nível, há em comum o esgotamento da representação política. No Brasil, esse fenômeno foi totalmente subavaliado pela “esquerda” e sobretudo pelo PT porque não o entenderam (e não o entendem). Inicialmente pensaram que fosse um problema das autocracias do Norte da África (Tunísia e Egito); depois que fosse a incapacidade dos socialistas espanhóis (o PSOE) de responder de maneira soberana às injunções das agências internacionais de notação ou do Banco Central Europeu (BCE). Pensaram também que o 15M espanhol não conseguia encontrar uma nova dinâmica eleitoral ao passo que o partido do Beppe Grillo mostrou na Itália um fenômeno eleitoral totalmente novo e desgovernado. Em seguida, pensaram que o Egito e a Tunísia foram normalizados eleitoralmente pelo islamismo conservador e aí aparece o levante turco contra o governo islâmico moderado ao passo que no Egito os militares retomaram o poder. No Brasil, o PT e seu governo (e sua coalizão) pensavam estar blindados pelos recentes sucessos eleitorais (a eleição de Haddad, a reeleição quase plebiscitária do Paes no Rio), por estar num ciclo econômico positivo e por ter enfim achado que o sagrado graal do “novo modelo” econômico seria na realidade reeditar o velho nacional-desenvolvimentismo, rebatizado de neo-desenvolvimentismo. O que a esquerda como um todo e o PT no Brasil não entenderam é que a crise da representação é geral (mesmo que ela tenha sintomas e manifestações diferenciadas) e que os levantes da multidão no Egito, na Tunísia, na Espanha, na Turquia e agora no Brasil são a expressão, entre outras coisas, de uma recusa radical dessa maneira auto-referencial de pensar por parte dos governos e dos partidos políticos. Como dizia o manifesto da Rede Universidade Nômade, *Tatu or not Tatu*, “No Brasil são muitos os que ainda se sentem protegidos diante da crise global. O consenso (neo)desenvolvimentista produzido em torno do crescimento econômico e da construção de uma nova classe média consumidora cria barreiras artificiais que distorcem nossa visão da topologia da crise: a crise do capitalismo mundial é, imediatamente, crise do capitalismo brasileiro. Não nos interessa que o Brasil ensine ao mundo, junto à China, uma nova velha forma de capitalismo autoritário baseado no acordo entre Estados e grandes corporações”. Num terceiro nível há a principal proximidade entre todos esses movimentos: a base social dessa produção de subjetividade é o novo tipo de trabalho que caracteriza o capitalismo cognitivo. As redes que protestam e se constituem nas ruas de Madri, Lisboa, Roma, Atenas, Istambul, Nova Iorque e agora de todas as cidades brasileiras são formadas pelo trabalho imaterial: estudantes, universitários, jovens precários, imigrantes, pobres, índios .... ou seja a composição heterogênea do trabalho metropolitano. Não por acaso por um lado, uma de suas formas principais de luta foi a “acampada” ou o “occupy” e, pelo outro, o levante turco e aquele brasileiro tiveram como estopim a defesa das formas de vida da multidão do trabalho metropolitano: a defesa do

parque contra a especulação imobiliária (a construção de um Shopping) em Istambul e a luta contra o aumento do custo dos transportes no caso do Brasil.

Diante dessas aproximações, as diferenças são bem menores, embora elas existam (e sejam até óbvias). Podemos apreender essas diferenças do ponto de vista das condições objetivas da cada país e do ponto de vista de como cada um desses movimentos foi transformando (ou não) a fase destituente em momento constituinte. Assim, o 15M espanhol se apresenta como a experiência que mais conseguiu durar apesar de não ter revertido as políticas econômicas. As revoluções árabes foram normalizadas pelas vitórias eleitorais conservadoras, mas os levantes se tornam endêmicos. Na Turquia e ainda mais no Brasil não sabemos – literalmente – o que vai acontecer. É no plano das condições objetivas que encontramos a maior diferença: na Espanha e em geral no Mediterrâneo, as revoluções são marcadas pelos processos de “desclassificação” das classes médias. No Brasil é exatamente o contrário: tudo isso acontece no âmbito e no momento da emergência de algo que é definido como uma “nova classe média”. Só que essa nova composição de classe é na realidade a nova composição do trabalho metropolitano, lutando pelos parques ou pelos transportes públicos: ascendendo socialmente, os pobres brasileiros se tornam o que as classes médias europeias se tornam ... descendo: a nova composição técnica do trabalho imaterial das metrópoles.

### **FOI PELOS 20 CENTAVOS ? A EFETIVIDADE DA CRISE DE REPRESENTAÇÃO**

Se pensarmos bem, essa pergunta encontra sua resposta numa sua simples reformulação: “por que nas cidades e metrópoles brasileiras não há mais lutas e mais levantes pelo sem numero de motivos que a justificariam?”. No Brasil, não faltam razões! Uma vez que “pegou” é só escolher, a lista é infinita. Vou dar apenas um exemplo, contando uma anedota: um dia fui assistir a um Fórum da UPP Social (a UPP-Social hoje não existe mais, sequer em forma de projeto) em duas favelinhas da Zona Norte, bem precárias. Toda a parafernália de governo estadual e municipal estava mobilizada, com seus carros de função, para dar sentido à pacificação. Os poucos moradores que falaram colocaram dois problemas essenciais: primeiro, disseram, vivemos no meio do esgoto; segundo, os policiais agem de maneira violenta e arbitrária. As dezenas de secretários e outros servidores presentes – cheios de assessores e carros de função - não conseguiram dizer qualquer coisa sobre como seria resolvido esse problema básico do saneamento. A cinco minutos de carro: uma obra gigantesca, faraônica: o Maracanã em preparação para a Copa! A pergunta de cima encontra uma resposta bem igual à que colocava Keynes em 1919: “nem sempre as pessoas aceitam morrer em silêncio”. Havia no Rio de Janeiro e no Brasil (e continua havendo) um sem número de movimentos de protesto e resistência, em particular por causa dos efeitos dos megaeventos, e hoje esses movimentos se juntaram, confluindo com a multidão da nova composição do trabalho metropolitano: no Rio, os manifestantes sempre se juntam para dirigir invectivas pesadas ao governador Sergio Cabral e ao prefeito Eduardo Paes.

Contudo, o movimento foi mesmo pelo 0,20 centavos! Só que esse “pouco” é na realidade “muito”. Por quê? Porque a questão dos transportes e mais em geral dos serviços é estratégica para o trabalho metropolitano. Os operários fordistas lutavam por salários e horários. Os trabalhadores imateriais têm como fábrica a metrópole e lutam pela qualidade de vida da qual dependerá a inserção deles em um trabalho que não é mais um emprego, mas uma “empregabilidade”. Os operários fordistas lutavam para reduzir a parte do horário que ia embutida como lucro nos carros que

produziam; os trabalhadores imateriais nas metrópoles desviam os slogans publicitários de uma montadora (“Vem Pra Rua”) para re-significar os agenciamentos produtivos que se desenham na circulação. Os operários fordistas lutavam contra o trabalho. Os trabalhadores imateriais lutam no terreno da produção de subjetividade. É na circulação que a subjetividade se produz e produz valor e renda.

Uma das dimensões constitutivas da Revolução 2.0 é a crise da representação, e essa é uma questão central. Precisamos lembrar que a antecipação da revolução 2.0 como crítica radical da representação é sul-americana. O “*Que se vayan todos*” argentino antecipou de 10 anos o “*No nos representan*” espanhol. Só que as dimensões dessa crise são processadas pelo discurso oficial – ou seja partidário – de maneira invertida. E essa inversão não é por acaso. Aliás, as agressões contra os partidos de esquerda nas manifestações do 20 de junho nos mostram muito bem como funciona essa inversão. Os partidos (sobretudo aqueles que estão no governo) dizem que esses movimentos são limitados ou até perigosos porque recusam os partidos; não são “orgânicos”, porque tem uma “ideologia” que os recusa e portanto são potencialmente antidemocráticos. Obviamente, é verdade que o movimento de junho não teve organicidade, liderança e objetivos. Só que os “grupos” que rezam por uma crítica fundamentalista da representação têm pouca consistência social e nenhuma capacidade de determinar, sequer influenciar, movimentos desse tamanho. Em seguida, é preciso ver que os partidos atribuem a crise da representação a um processo e a uma crítica que viria de fora, quando na realidade os maiores responsáveis dessa crise são eles! E a responsabilidade está na indiferenciação da clivagem direita/esquerda, ou seja no fato de que os governos mudam e continuam fazendo as mesmas coisas, inclusive com a reciclagem das mesmas figuras políticas. Assim, o PSOE espanhol atribuiu ao 15M sua derrota eleitoral, quando na realidade o 15M é apenas a consequência do fato de que os socialistas espanhóis faziam a mesma política econômica da direita. É exatamente o que acabou acontecendo no Brasil de Lula e sobretudo da Dilma. O movimento que nasceu com a luta contra o aumento das passagens recusa as dimensões autoritárias e arrogantes das coalizões e desses consensos que reúnem direita e esquerda na reprodução dos interesses de sempre. É o Haddad que devia representar o novo e se apresenta junto ao Alckmin para juntos dizerem a mesma coisa: que a redução da tarifa terá um custo (sic!). É a coalizão conservadora que governa o Estado e a Prefeitura do Rio e onde o PT planeja e executa remoções de pobres desrespeitando a própria LOM (a constituição do município)<sup>1</sup>. São as alianças espúrias com os ruralistas de um ministro de esquerda. É a condução autoritária das megaobras e dos megaeventos. É a entrega da Comissão de Direitos Humanos da Câmara a um fundamentalista que, exatamente no dia seguinte da grande manifestação da segunda feira, fez votar o projeto de Lei que define a homossexualidade como uma doença. É enfim a historiadora da filósofa Marilena Chauí, que – em uma palestra na Academia de Polícia do Rio de Janeiro – define os jovens que manifestam mascarados como fascistas<sup>2</sup>.

A extrema esquerda ou a esquerda radical erram também quando pensam que estão “salvas” dessa situação. Os partidos de esquerda são incapazes de entender que esse

---

<sup>1</sup> A situação irônica que se criou em julho e agosto foi de Prefeito Eduardo Paes, anunciando a não remoção de favelas como Estradinha e Vila Autodromo passou a condenar as pixações e métodos usados até então pela SMH, colocando a responsabilidade no colo da gestão “petista” da pasta.

<sup>2</sup> “‘Black blocs’ agem com inspiração fascista, diz filósofa a PMS do Rio”, *Folha de São Paulo*, 27 de agosto de 2013, disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/126068-black-blocs-agem-com-inspiracao-fascista-diz-filosofa-a-pms-do-rio.shtml>

movimento se forma na recusa – confusa, flutuante, ambígua e até perigosa – do partido, da organização separada, da bandeira. Isso porque a recusa é geral, não faz distinções e funciona como rejeição de qualquer plataforma ideológica preparada e determinada por lógicas de aparelhos separados: nisso há uma percepção de que um dos problemas da política é a construção de aparelhos que tendem – antes de mais nada – a se reproduzir a si mesmos. O apoio genérico dos jovens à palavra de ordem “sem partidos!” não tem qualquer significação linear e, ainda menos, “fascista”. Paradoxalmente, a recusa dos partidos, inclusive dos “radicais” e de suas bandeiras é uma demanda por uma “verdadeira esquerda”. Essa demanda não é idealista e não pode ser travada com linguagens e símbolos obsoletos (as bandeiras vermelhas, por exemplo). Para reerguer as bandeiras vermelhas, é preciso deixá-las em casa por um bom tempo! A bandeira vermelha precisa abandonar sua dimensão ideal e transcendente (ou seja, vazia) e voltar a ser interna (imaneente) às linguagens das lutas como elas são. Nesse terreno é possível e necessário construir outra representação e sobretudo reforçar a democracia e inventar novas cores, talvez aquelas do arco-íris.

### **A CONSTITUIÇÃO SELVAGEM DA MULTIDÃO DO TRABALHO METROPOLITANO<sup>3</sup>**

Esse movimento, qualquer que seja seu desfecho, é o movimento da multidão do trabalho metropolitano, o mais puro produto dos 10 anos de governo do PT. Vamos aprofundar e esclarecer essa afirmação em dois momentos. Num primeiro momento, essa afirmação é uma valoração positiva dos governos Lula-Dilma. Uma avaliação positiva não porque esses governos tenham sido ou sejam de “esquerda” ou socialistas, mas porque eles se deixaram atravessar – talvez sem querer – por uma série de linhas de mudança: políticas de acesso, cotas de cor, políticas sociais, criação de empregos, valorização do salário mínimo, expansão do crédito. A esquerda radical julgava essas políticas exatamente como agora julga a questão das “bandeiras”: idealmente. “Lula está implementando outro modelo, rumo a uma sociedade socialista?”, esta era a pergunta que se fazia para tentar avaliar o governo do PT. Oras, ninguém implementa modelo alternativo a partir do fato de estar no governo, ainda menos num governo que depende de uma vitória eleitoral que é impossível alcançar sem ter se tornado uma variável interna às relações de poder das mais tradicionais e conservadoras. No máximo, pode ter a sensibilidade de apreender as dinâmicas reais que, na sociedade, poderão amplificar-se e produzir algo novo. Os governos Lula-Dilma associaram o governo da interdependência na globalização com a produção, tímida mas real, de uma nova geração de direitos e de inclusão produtiva. Estatisticamente, isso se traduziu na mobilidade ascendente dos níveis de rendimento de dezenas de milhões de brasileiros e pela entrada de novas gerações nas escolas técnicas e nas universidades (privadas e públicas). Lula não quis saber de bandeiras e até declarou que ele “nunca tinha sido socialista”. Ficou dentro da sociedade indo atrás das linguagens, dos símbolos e das políticas que ela entendia. Na virada da década de 2010, esse processo se consolidou em dois fenômenos maiores: o primeiro é eleitoral e tem o nome de “lulismo”, ou seja, a capacidade que Lula tem de ganhar e sobretudo fazer ganhar eleições majoritárias: começando pela Presidente Dilma e chegando ao Prefeito Haddad; o segundo é o regime discursivo da emergência de uma “nova classe média”. Esse dois fenômenos se juntam e

---

<sup>3</sup> Nesse paragrafo estamos usando também partes do artigo de Cava e Cocco (2013).

entrecruzam em termos paradoxais. Esse paradoxo é aquele que definimos como “a centralidade paradoxal dos pobres” e que as abordagens economicistas ou eleitoreiras chamam de “lulismo”. De uma parte, o movimento frutificou a partir da mobilização produtiva que esses governos promoveram; de outra, o governo e o PT interpretaram a mobilização somente do ponto de vista eleitoral e economicista, avaliando-a de maneira meramente objetiva. Mostraram-se, desta forma, totalmente incapazes de compreendê-la em sua *dimensão subjetiva*. Não conseguem compreendê-la como resultado de uma mobilização produtiva, que vem gerando continuamente outros sujeitos sociais, novas qualidades e novas capacidades.

Fechando-se completamente na estranha hibridação entre o neo-desenvolvimentismo (reindustrialização, megaobras e megaeventos) e o neoliberalismo (a emergência de uma “nova classe média”, tomada apenas como faixa de renda e consumo), o governo Dilma mostrava todos os sintomas do esgotamento da ambivalência do período Lula. Mas, embora fosse possível perceber e observar as inflexões e estreitamentos, até junho o paradoxo continuava vigorando, soberano. Então, quando ninguém mais esperava, a terra tremeu. Certezas, cálculos e previsões desmancharam no ar, como personagens de desenho animado que passam da borda do precipício, mas demoram um tempo para perceber... e despencar. Logo depois dos sucessos eleitorais do PT nas eleições municipais, especialmente em São Paulo e de sua coalizão no Rio, a presidenta Dilma já se preparava antecipadamente para uma reeleição triunfal. Os dirigentes do PT admitiam como única variável que pudesse ameaçar a altíssima popularidade e a reeleição de Dilma algum eventual capricho do ciclo econômico. Novamente, a abordagem se mantinha no plano objetivo, inadequada para compreender a latência das transformações no nível da produção de subjetividade, um processo capilar e disseminado que o próprio lulismo acelerou.

Como sabemos, o primeiro abalo se concentrou em São Paulo e não por acaso estremeceu a posição do governador tucano e do recém-empossado prefeito do PT. Não tardou o jovem prefeito “de esquerda” se juntar ao governador tradicional da direita, para defender a correção dos cálculos que justificariam o aumento das tarifas do transporte coletivo. Mas a magnitude dos sismos não parou de aumentar e, atrás da cortina de fumaça de gás lacrimogênio, os joelhos da representação começaram a dobrar. Apesar do desgosto estampado no rosto, governadores e prefeitos das duas maiores cidades se viram obrigados a aparecer na televisão para declarar oficialmente o congelamento das tarifas. Tarde demais, a essa altura as ondas de choque já eram incontroláveis. O decreto da plebe sobre as passagens de ônibus seria só o primeiro de uma longa série, forçando sucessivos recuos e tergiversações por parte dos poderes constituídos.

Depois do terremoto, chegou o tsunami: enquanto prefeitos e governadores procuravam desesperadamente (em uma inversão cômica de papéis) “eleger” alguns representantes do novo movimento para tentar barganhar e cooptar, as manifestações continuaram massificando, cada vez mais autônomas, com objetivos sempre mais amplos e generalizados, num deslocamento onde o Rio de Janeiro rapidamente se tornou o epicentro do movimento. Nesse período, protestos massivos aconteceram em mais de 400 cidades e, num grau nunca visto, também nas periferias das metrópoles. O ápice desta primeira fase se deu com as manifestações de três ou quatro milhões de pessoas no Rio, em 17 e 20 de junho, e aquela, em regime de toque de recolher, durante a final da Copa das Confederações. Em 17 de junho, no Rio, as manifestações culminaram numa ofensiva de milhares de jovens à Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro.

A multidão se convidou à mesa de discussão, a terra tremeu e quando a onda anômala quebrou na cabeça do PT e da esquerda em geral, os seus dirigentes e seus intelectuais ainda eram os únicos a não perceber a situação. Por quê? Porque a onda atingiu em cheio o paradoxo lulista. A onda que quebrou é o próprio modo de ser que o PT e o governo encarnaram nos últimos anos. Diante disso, a intelligentsia petista vacila entre: (1) a criminalização das manifestações, rotuladas como golpistas, de direita e/ou de velha classe média – sempre temendo que as principais “vítimas” dos protestos seriam os governos do PT; e (2) uma vaga simpatia diante das mobilizações populares, num tom quase cívico, mas sem captar e muito menos acolher a sua força constituinte, que poderia ser transformadora da maneira de governar do PT e da esquerda nos governos. A única operação política do PT – comandada por Lula em primeira pessoa – se reduziu a nomear como representante do movimento uma rede de *branding* e marketing da juventude, no padrão “*new generation*”.

A partir de 2010, o paradoxo lulista já sinalizava a saturação, ameaçando seu equilíbrio: por um lado, o pacto de governabilidade se aparentava cada vez mais a um consenso autoritário<sup>4</sup> e, por outro, o governo era progressivamente contestado pela multiplicação de episódios de luta e movimentos de resistência. Até esse momento, o lulismo havia conseguido manter uma face dupla: de uma lado, um “lulismo de estado”, que opõe uma gestão moderna, eficiente e centralizada do estado, ao atraso, às velhas elites e à corrupção, como uma solução para o subdesenvolvimento; de outro lado, um “lulismo selvagem”, que contrapõe ao estado neocolonial brasileiro a radicalização da democracia, uma democratização “desde baixo”, a partir das minorias e seus devires. Nas jornadas de junho e seus desdobramentos, o lulismo selvagem se recompôs de modo autônomo, por fora do governo, rompendo a ambiguidade. Esta carga selvagem determinou não só a imprevisibilidade dos protestos, mas também manifestou a insatisfação ante o modelo neodesenvolvimentista que, segundo os indicadores oficiais, é um sucesso. Nesse sentido, as manifestações exprimem uma indignação generalizada contra o sucesso de um modelo, abrindo o horizonte a outra realidade política e antropológica: como já dissemos, o Brasil menor – mundobraz!

## Os dois eixos contraditórios do lulismo

O consenso sempre mais autoritário – com Dilma – relegava aos ritos eleitorais e sua podridão o que parecia ser a vitalidade do apoio das bases (dos pobres, mas não só) às políticas de redução da desigualdade e democratização do acesso, promovidas pelo governo federal. Mas as jornadas de junho romperam o impasse político e social que havia se tornado a centralidade paradoxal dos pobres, trazendo-a para primeiro plano e não só como cálculo eleitoral. Parece-nos – também é hora de dizê-lo – que essa ruptura seja definitiva e irreversível (independentemente de como se traduzirá nas eleições). A insistência do PT em querer apenas desqualificar o movimento talvez se explique por essa radicalidade do acontecimento. Para explicar um pouco melhor o paradoxo de que falamos, vale a pena enunciá-lo de outro modo, quer dizer, desenvolvendo-o em dois eixos complementares e contraditórios.

---

<sup>4</sup> Essa face autoritária do consenso e da governabilidade apareceu explicitamente logo antes das manifestações do 7 de setembro, em particular no Rio de Janeiro onde o poder passou a operar por meio de uma repressão totalmente política, segundo o modelo da repressão da ditadura.

O primeiro eixo se desenhou com a multiplicação – nos últimos 2 ou 3 anos – de lutas minoritárias, que não conseguiam recompor e generalizar-se na cidade: é a resistência dos moradores das favelas contra remoções em nome de megaobras e megaeventos, da luta dos índios da Amazônia contra as megabarragens, das greves “selvagens” dos operários dessas obras, das ocupações de terra por parte de índios e quilombolas. Nas novas explosões, podemos reunir as iniciativas endêmicas de resistência e produção cultural nas favelas e periferias, inclusive contra a presença violentíssima e tradicional da polícia. Estas e muitas outras lutas permaneciam localizadas ante o fato que o governo Lula (e Dilma), em seu conjunto, continuou melhorando sensivelmente a qualidade de vida de muitos e, em especial, dos mais pobres. A partir de 2003, a relação entre a curva crescente do PIB e a curva decrescente da desigualdade mostra claramente o caráter novo do que significa o sucesso nos últimos dez anos no Brasil. Tudo isso mesmo considerando que os progressos inegáveis, em termos de redução da desigualdade, apenas arranham a dureza da pobreza e a violência da relação dos pobres com os sistemas públicos (saúde, educação, polícia, justiça) e, sobretudo, com a cidade: transportes e infraestrutura básica. Essa crise deixou de ser localizada em junho. Rompeu-se, com o movimento de junho, a normalidade (construída) em ter um estádio novo do lado de favelas gigantescas com esgotos a céu aberto. Rompeu-se a naturalização do genocídio de jovens negros e negros, contestando a polícia com as palavras de ordem de todas as manifestações, a partir de meados de junho até hoje.

O segundo eixo paradoxal é a tradução eleitoral do primeiro, e aparece na figura do impasse a partir de 2005. Isto é, depois da crise política, ligada ao “escândalo” da compra de votos parlamentares de pequenos partidos, para constituir a maioria parlamentar do PT. Nessa ocasião, a crítica ao governo Lula corria imediatamente o risco de ser capturada pela oposição à direita. O lulismo é propriamente o nome deste beco sem saída para as lutas e a crítica ao governo Lula-Dilma, chocando-se sempre com a captura pela oposição à direita. Por um lado, desde a reeleição em 2006, graças às políticas sociais, Lula (e o PT seguiu Lula, nunca o contrário) transformou radicalmente sua relação com a base eleitoral. O eleitorado migrou dos setores mais organizados (classes médias, trabalhadores) das cidades mais desenvolvidas do Sul e do Sudeste para as massas pobres (marginais, porém majoritárias) das periferias urbanas e zonas menos desenvolvidas (em particular, o Nordeste). A crise política de 2005, que parecia poder provocar a destituição precoce de Lula, preparou em vez disso a cama para a sua afirmação estrondosa, como um fenômeno mais forte (ao menos, na superfície), tanto que a captura pela direita reacionária, quanto a lógica do próprio PT (e dos pequenos partidos que o complementam). Isto permitiu a Lula impor-se sobre a oposição de direita e setores diferentes do PT (definindo, por exemplo, a sua candidata à sucessão, Dilma Rousseff). Por outro lado, todas as críticas ou lutas contra o lulismo e seus limites eram desqualificados como “jogo da direita” ou, mais simplesmente, condenadas à impotência política.

Então, a insurreição de junho começou forçando algumas pequenas brechas abertas no beco sem saída, com a revolta contra o preço dos transportes coletivos. A multidão do trabalho metropolitano ocupou e alargou a brecha, estilhaçando o paradoxo e assim *destituindo-o*. O poder destituído detonou qualquer sensação de legitimidade de que gozavam os governos e representantes, bem como os acordos e negócios de cúpula que determinam as políticas públicas, sempre às margens de qualquer processo democrático. Na medida em que o Movimento pelo Passe Livre (MPL) promove uma luta pela redução das tarifas (o objetivo final é a gratuidade), obtém como resultado uma redução das margens de lucro do grande negócio do

transporte coletivo. Essa redução golpeia em cheio as malhas dos acordos de gabinete, comprometendo as condições de governabilidade, com efeito político imediato. Não admira o prefeito (PT) de São Paulo declarar que era “matematicamente” impossível mexer no preço das passagens. Poucos dias depois, a força dos protestos mostrou que o problema não era econômico ou aritmético. O preço justo, no final das contas, não é nenhum “justo natural”, mas aquele que a multidão consegue impor ao poder constituído. O preço é uma relação de força e é imediatamente político. É isso que o economicismo socialista ou keynesiano do PT (e de Dilma) não entende e hoje prova *não querer* entender: a relação entre o crescimento dos juros (o *spread*) e a inflação dos preços passa, antes de qualquer outra consideração, pela violência da moeda. De junho até final de setembro a multidão foi bem sucedida em democratizar parte da circulação monetária, criando uma nova e verdadeira moeda, aquela do comum das lutas.

O primeiro decreto da multidão brasileira, em junho, foi a *destituição* da alternativa falsa que bloqueava a generalização metropolitana das lutas menores, que se dava cronicamente com a chantagem do retorno eleitoral da direita, isto é, da pior elite neoliberal e autoritária. Esse bloqueio chantagista simplesmente não funciona mais. Talvez não imediatamente, mas a ruptura do paradoxo lulista pelo tumulto multitudinário no Brasil terá seguramente consequências também noutros países sul-americanos, onde o binarismo chavismo x antichavismo, kirchnerismo x antikirchnerismo etc. continua a funcionar como máquina de bloqueio das lutas. Este bloco de lutas não é paradoxal apenas porque causado pela polarização (frequentemente mais superficial do que real) entre os “novos” governos e a direita, que não pára de gesticular ameaçadoramente pela mídia. O paradoxo consiste no fato que este mecanismo termina por pacificar a sociedade e impedir que os “novos” governos reúnam condições para guinar à esquerda, ainda quando – como é o caso hoje – uma mobilização poderia permiti-lo. No esgotamento desse paradoxo do lulismo, cuja cara é talvez aquela insensível da Presidenta Dilma, apenas sobram negócios e negociatas, com relação aos quais o “escândalo” do mensalão é ... “refresco”.

### **A constituição selvagem da classe sem nome<sup>5</sup>**

A dinâmica eleitoral do “lulismo” tinha (e não se está dizendo que esteja definitivamente destruída) como base material as transformações sociais determinadas por uma série convergente de fatores. Podemos elencar os fatores em ordem crescente, do ponto de vista das causas subjetivas; e em ordem decrescente, do ponto de vista das determinações materiais. A integração crescente da economia e da sociedade brasileiras dentro do capitalismo cognitivo é o *primeiro* e principal fator material. O *segundo* fator foram as políticas de distribuição de renda (políticas sociais, valorização do salário mínimo real, criação de postos de trabalho), de maneira que os efeitos da modernização (terciarização da economia) e da globalização (exportação de *commodities*) fossem usados – pela primeira vez – para a redução da desigualdade. O *terceiro* fator está nas políticas transversais de qualificação do crescimento e redução da desigualdade. São políticas de cotas raciais, democratização do acesso à educação superior, difusão de escolas técnicas, expansão e democratização do crédito. Enfim, não esquecemos, a dinâmica material

---

<sup>5</sup> Vide Albuquerque (2012)

do lulismo foi sua homologação pela elite e o fato de o PT e Lula terem passado – pragmática e oportunisticamente – a “operar” os recursos financeiros do mesmo jeito que a tradição de negócios e compadrio faz.

Diante de junho, no governo e no PT, se perguntavam: por que tanta insatisfação em um cenário de relativa inclusão social de milhões de brasileiros? Por que tantas manifestações num momento em que a crise do capitalismo não só passou ao largo da economia brasileira, mas também configurou uma oportunidade para a sua afirmação nacionalista no mercado mundial? Quando sinceras, essas perguntas partem da premissa que os tumultos acontecem somente nos períodos de recessão ou penúria. É uma espécie de síndrome da Bastilha, que só consegue enxergar o vigor revolucionário na imagem das massas esfaimadas armadas de fuzis e foices. Mas, em junho, não foi somente a população atingida pelos grandes eventos ou pela higienização urbana que se rebelou. Sucedeu um efeito de escala, colhendo apoios num gigantesco espectro social. Vários analistas de esquerda não conseguem perceber o *kairós* da multidão brasileira porque estão prisioneiros da lógica do *quanto pior, melhor*. As manifestações demonstram o contrário, que *quanto melhor, melhor!* No outono brasileiro, sentimos o eco do outono quente italiano de 1969: QUEREMOS TUDO! O espessamento e o aprofundamento de uma nova composição social foram produto de uma subjetividade que quer mais e melhor. As conquistas pretextam novas conquistas, multiplicando-se em uma dinâmica expansiva de direitos. O poder constituinte se realiza por saltos qualitativos, proliferando demandas e criando, na imanência de um viver melhor, as novas formas de cooperação e mobilização política.

Aqui, reencontramos a *centralidade paradoxal dos pobres* em toda a sua magnitude. O capitalismo cognitivo que se desdobra no Sul (e no Brasil com particular dinamismo) mobiliza os pobres (os “excluídos”, o proletariado e o “subproletariado” metropolitanos) enquanto tais: sem previamente homogenizá-los ou homologá-los por meio de uma ativação salarial do tipo industrial. Ou seja, os pobres são mobilizados enquanto pobres, diretamente sobre os territórios metropolitanos ou nos meandros da floresta, nas modulações produtivas da circulação. Como se antecipava, o trabalho (o viver) é mobilizado fora da relação salarial e, no Brasil, isto ocorre no *remix* das formas tradicionais de precariedade, herdadas do subdesenvolvimento, com as formas mais modernas de flexibilidade terciária. O efeito conjugado das políticas de distribuição de renda e daquelas qualitativas de inclusão é paradoxal: se, por um lado, são internas ao novo ciclo de acumulação do capital, por outro determinam efetuações de mobilidade social que vão muito além da ascensão de uma nova base de consumo (de bens ou eleições). Se os pobres são explorados enquanto tais, também é reconhecida a sua potência. Uma vez que os pobres não estão mais proletarizados como “trabalhadores”, eles passam a lutar como pobres: jovens, mulheres, negros, favelados, índios, informais, *queers*, cada um na sua diferença produtiva e afirmativa, cada um fazendo seu cartaz singular nas jornadas de junho. Com a chegada de Dilma ao poder, a centralidade paradoxal dos pobres passa a um novo patamar. Aquilo que, com Lula, parecia ambíguo e relativamente aberto, – talvez pela imaturidade desse processo – começa a passar por um processo pesado de fechamento e homologação. Por um lado, o fechamento das brechas e ambiguidades se torna geral: começando pela cultura, em que se deu a inexplicável restauração dos interesses reacionários da indústria cultural e da elite, para culminar no slogan do governo (*Brasil, país rico é país sem pobreza*), passando também pelo desinteresse (no mínimo) diante das questões dos direitos das minorias, das mulheres, dos sem terra, dos negros, dos LGBT, dos pobres, das favelas e dos indígenas. O interesse passou a ser apenas dos negócios, de sua corrupção e da política sobrou tão somente o compadrio, chamado de coalizão.

A fase de fechamento com Dilma encontra certamente explicação em sua biografia tecnocrática e economicista (que eventualmente coincide com o empenho socialista da juventude guerrilheira). Mas não se trata somente disso. Existem outros fatores mais estruturais. Em primeiro lugar, o PT chegou à Presidência com base na aceitação das “regras” do poder das elites e de seu cinismo imoral. Em segundo lugar, a crise do capitalismo global teve um efeito contraditório sobre o ciclo brasileiro. O Brasil, o país mais “estável” da América do Sul, se tornou uma nova fronteira de um capital global extenuado. Passou a estar submetido à forte pressão externa, com seus mercados funcionando como válvulas de escape para investimentos globais desorientados. Ao mesmo tempo, aumentava internamente uma espécie de euforia generalizada a respeito da nova condição emergente: o país finalmente poderia galgar uma posição e um status diferenciados no ranking da economia e das instituições globais. O terceiro fator pode ser visto como a demonstração de que, se o capitalismo cognitivo é capaz de mobilizar os pobres enquanto pobres, por meio da segmentação, isto não significa que os seus mecanismos de acumulação possam ir além de certo nível de homologação do consumo e da composição social. A expansão terminou por bater no teto, freada pela própria necessidade de controlar o processo de acumulação, ou seja, de mobilização das forças de trabalho. Finalmente, o terceiro fator é de tipo político. O pacto de governabilidade se transformou em um consenso gradativamente mais totalitário, que começou a mostrar as garras em todos os níveis. No início de setembro e no dia 15 de outubro, essas garras se mostraram explicitamente no Rio de Janeiro e na gestão em interesse próprio (pelo sistema de poder, incluído o PT local) do sistema judiciário e de polícia para reduzir drasticamente – e inconstitucionalmente – a liberdade de manifestação e de dissenso.

Esse consenso assumiu três formas e produziu duas grandes consequências (o tornar-se explícito e imoral da corrupção sistêmica e a crise da *clivagem* direita – esquerda). A primeira forma do consenso é a convergência significativa da oposição política (e também da imprensa) ao redor da figura da presidenta. Dilma é considerada uma gerente competente, subsiste um grande consenso sobre as políticas sociais, e também convergência significativa sobre os projetos de desenvolvimento (suas técnicas de gestão), com uma disputa bastante tímida sobre as inflexões da política econômica. A segunda forma do consenso é o esgotamento definitivo da dinâmica de movimento dentro do PT. Nesta altura, o PT já emerge como um partido muito mais burocratizado internamente, visceralmente afetado pelo funcionamento do estado, do que se poderia imaginar ou prever. Mas não se trata apenas do PT: também todos os movimentos organizados e os partidos de extrema-esquerda – para não falar dos sindicatos – foram ultrapassados, às vezes repelidos, ou de toda sorte incapazes de “ler” o movimento. A terceira forma é mais estrutural. Trata-se do regime de valores que se tornaram hegemônicos na coalizão de governo, assumidos acriticamente pelo PT: não a construção de um novo horizonte radiante (provavelmente socialista ou solidário), mas a homologação dentro da miragem da “nova classe média”.

O governo Lula-Dilma e o PT terminaram por depositar a confiança no marketing, que lhe permitiu os grandes sucessos eleitorais, da mesma maneira que aqueles administradores que confiam em títulos ultrainflacionados e investem neles para obter uma *performance* milagrosa na Bolsa. Só que um dia a falência é inevitável e aquela fé se converte num suicídio político. E é isto que sucedeu em junho de 2013. Para se ter uma ideia, podemos substituir a metáfora do castelo de cartas pela imagem de um belo e novo transatlântico, recém zarpado do porto do subdesenvolvimento. Chama-se *Brasil Maior* e está singrando pelo oceano da crise do capitalismo, em rota segura para o continente dos países desenvolvidos. Na ponte de

comando, desfilam confiantes os partidos da coalizão do governo, enquanto os passageiros da primeira classe brindam à opulência, seguros de um consenso inquebrantável. Eventualmente, colocam até um guardanapo na cabeça, para enfatizar a alegria da festa. Um motor *duplo* garante a propulsão do navio, produto da engenharia da governabilidade: o primeiro é o “neo-desenvolvimentismo”, o segundo é aquele da “nova classe média”. Só que a considerada “nova classe média” não achou nada interessante permanecer na área da segunda classe e, junto dos pobres da terceira, resolveu ocupar a ponte principal, jogando água no choppe da primeira. Acabou a orgia do consenso. O *primeiro motor* era o neodesenvolvimentismo. Era o modelo abraçado pelo governo Lula, e sobretudo Dilma, como ação estratégica em meio à crise do capitalismo e como sensacional máquina de amplificação das performances eleitorais. Pela multiplicação de fluxos espúrios de financiamento das campanhas e dos níveis de vida dos dirigentes. Ele significa o retorno do economicismo: com incentivos e subsídios milionários à indústria “nacional” – em realidade, multinacionais automobilísticas e de eletrodomésticos, a fim de inundar até o entupimento a cidade de máquinas – e aos grandes projetos (megabarragens hidrelétricas, submarino nuclear, indústria extrativa) e megaeventos (Copa das Confederações, Jornada Mundial da Juventude, Copa do Mundo, Olimpíadas). O *segundo motor* é o regime discursivo destinado a estabelecer o consenso sobre os efeitos da mobilidade social ascendente, construídos pelo governo do PT dentro da ideia – economicista e neoliberal – da emergência de uma “nova classe média”, isto é, de um novo estamento de consumidores, eleitoralmente majoritário e politicamente conservador, de pé graças ao crescimento econômico moderado.

Mais eis que a festa foi por água abaixo. É justamente desta composição social que o regime discursivo da governabilidade, do Brasil “emergente” e “grande”, disto que era considerado a “nova classe média”, que irrompe orgulhosamente na ponte, onde se celebrava em uma atmosfera autocomprazível e soberba. O perigo não está fora nalgum iceberg: o perigo se mostrou ser o monstro que já está *dentro*, devorando as entranhas do próprio transatlântico, perturbando o determinismo de sua rota pré-estabelecida e supostamente “necessária”. A multidão do trabalho metropolitano se apresenta como processo constituinte capaz de produzir e afirmar outros valores, transmitindo o impulso das grandes cidades para as menores, as periferias e os rincões. A nova composição social do Brasil é um terreno de luta aberto como alternativa radical, entre a sua homologação dentro dos valores esgotados do capital global, e a formação selvagem da nova composição do trabalho metropolitano.

Como antecipado por Hugo Albuquerque, o que vimos em junho foi a emergência selvagem da classe sem nome. De junho até hoje, essa potência selvagem está buscando inventar as instituições do comum metropolitano e fazendo ocupações de câmaras municipais, manifestações e “decretos da plebe”. A força desses decretos será submetida a rude prova em 2014.

---

Artigo recebido em 05/05/2013 e aprovado em 09/05/2014

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Hugo. “A Ascensão Selvagem da Classe Sem Nome”, Rio de Janeiro: Uninomade, 2012. Disponível em <http://uninomade.net/tenda/a-ascensao-selvagem-da-classe-sem-nome/>. Acesso em 30 abril 2014

CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe. **Vogliamo tutto! Le giornate di giugno: la costituzione selvaggia della moltitudine del lavoro metropolitano**, Agosto de 2013, Disponível em: <http://europassignano2013.wordpress.com/2013/08/21/vogliamo-tutto-le-giornate-di-giugno-in-brasile-la-costituzione-selvaggia-della-moltitudine-del-lavoro-metropolitano-giuseppe-cocco-e-bruno-cava/> . Acesso em 30 abril 2014

SIEYÈS, Emmanuel Joseph. **Qu'est-ce que le Tiers État?** Paris: Editions du Boucher, 2002. Disponível em <http://www.leboucher.com/pdf/sieyes/tiers.pdf> . Acesso em 30 abril 2014.

COCCO, Giuseppe; ALBAGLI, Sarita (orgs.), **Revolução 2.0 e a crise do capitalismo global**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

UNINOMADE. **Manifesto Uninomade Tatu or not Tatu**. Rio de Janeiro: Uninomade, 2012. Disponível em : <http://uninomade.net/tenda/manifesto-uninomade-10-tatu-or-not-tatu/> . Acesso em 30 abril 2014